

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.897 - SC (2019/0169507-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
ADVOGADOS : ELÓI CONTINI - SC025423
TADEU CERBARO - SC025511
DIOGO BERTOLINI - RS067747
AGRAVADO : VALMOR BUENO CAMARGO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECONSIDERAÇÃO. INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO OBJETO DA DIVERGÊNCIA. OCORRÊNCIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI Nº 911/69. NOTIFICAÇÃO DA MORA. CARTA ENVIADA AO ENDEREÇO DO DEVEDOR INFORMADO NO CONTRATO. SUFICIÊNCIA. ACÓRDÃO QUE DESAFIA A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRADO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S. A. (BRADESCO) promoveu ação de busca e apreensão contra VALMOR BUENO CAMARGO (VALMOR), narrando que, aos 31/10/2017, foi firmado, entre as partes, um instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças, referente ao débito originário da cédula de crédito bancário nº 2945482730. Explicou que, no referido instrumento, VALMOR confessava um débito de R\$ 12.493,00 (doze mil, quatrocentos e noventa e três reais). Acrescentou que, em garantia das obrigações assumidas, VALMOR transferiu em alienação fiduciária, um automóvel de sua propriedade. Alegou que, como VALMOR se tornou inadimplente, seu pedido de busca e apreensão deve ser julgado procedente.

Narram os autos que BRADESCO foi intimado para emendar a inicial com a comprovação da prévia notificação de VALMOR, a fim de constituí-lo em mora.

Em primeira instância, o feito foi declarado extinto, sem resolução do mérito, na forma dos arts. 330, IV, e 485, IV, do NCPC. Na ocasião, BRADESCO foi condenado ao pagamento das custas, sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que a relação não foi triangularizada.

A apelação interposta por BRADESCO não foi provida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, nos termos do acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INDEFERIMENTO DA INICIAL (ART. 485, IV, DO CPC/15). INSURGÊNCIA DA CASA BANCÁRIA. DEFENDIDA CONSTITUIÇÃO EM MORA. REJEIÇÃO. TENTATIVA DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL FRUSTRADA. INEXISTÊNCIA DE PROTESTO DO TÍTULO VIA EDITAL. MORA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO (e-STJ, fl. 90).

Os embargos de declaração opostos por BRADESCO foram rejeitados.

Inconformado, BRADESCO manejou recurso especial, com amparo no art. 105, III, alínea *c*, da CF, apontando divergência jurisprudencial, sob a alegação de ofensa ao art. 2º, § 2º, do Decreto nº 911/69. Sustentou que (1) a mora decorre do simples vencimento do prazo para pagamento e pode ser comprovada por notificação realizada via carta registrada; (2) nos termos da jurisprudência, a mora fica comprovada caso a notificação extrajudicial seja enviada ao endereço declarado pelo devedor.

O apelo nobre interposto por BRADESCO não foi admitido em virtude da incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ.

Seguiu-se o agravo em recurso especial, que, por decisão monocrática da relatoria do Ministro Presidente do STJ, foi conhecido para não conhecer do apelo nobre, com amparo no art. 21-E, V, do RISTJ, por força da aplicação da Súmula nº 284 do STF.

Nas razões do presente agravo interno, BRADESCO alegou que (1) foi ofendido o art. 2º, § 2º, do Decreto nº 911/69; (2) a mora decorre do simples vencimento do prazo para pagamento e pode ser comprovada por notificação realizada via carta registrada; (3) nos termos da jurisprudência, a mora fica comprovada caso a notificação extrajudicial seja enviada ao endereço declarado pelo devedor; (4) não há como se admitir seja imputada à instituição financeira as consequências da mudança de endereço pela parte devedora; e, (5) ficou perfectibilizada a constituição em mora do devedor.

Não houve impugnação ao recurso (e-STJ, fl. 481).

É o relatório.

DECIDO.

De fato, nas razões do apelo nobre, BRADESCO indicou a violação do art. 2º, § 2º, do Decreto nº 911/69, objeto da divergência jurisprudencial. Ademais, no agravo em recurso especial, foram rebatidos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do apelo nobre.

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, reconsidero a decisão agravada e passo a análise do recurso especial interposto pelo BRADESCO.

Em seu recurso especial, BRADESCO apontou divergência jurisprudencial.

O inconformismo merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ao decidir que, para a constituição da devedora em mora, seria exigível a comprovação de que houve o efetivo recebimento da notificação em seu domicílio, contrariou o entendimento do STJ no sentido de que o prévio encaminhamento de notificação ao endereço informado no contrato pelo Cartório de Títulos e Documentos é suficiente para a comprovação da mora, tornando-se desnecessário ao ajuizamento da ação de busca e apreensão que o credor fiduciário demonstre o efetivo recebimento da correspondência pela pessoa do devedor (REsp nº 1.828.778/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 29/8/2019).

De fato, esta Corte Superior, em recente julgado, entendeu que a mora, nesses casos, é *ex re*, e, assim, não se pode considerar descumprida a formalidade legal de notificação tão somente pelo fato de que o Aviso de Recebimento enviado para o endereço constante do contrato ter sido devolvido sem o efetivo recebimento pelo devedor.

No referido julgado, entendeu-se que *não se pode imputar à recorrente o dever de realizar outras tentativas de comprovação da mora além daquela disposta em lei, pois a frustração da notificação foi fruto tão somente da desídia do devedor em deixar de manter seu endereço atualizado no contrato.*

A propósito, merece destaque a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DL 911/69. CONSTITUIÇÃO EM MORA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AVISO DE RECEBIMENTO (AR) COM INFORMAÇÃO DE QUE O DEVEDOR MUDOU-SE.

COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO PESSOAL. DESNECESSIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. INDEVIDA.

1. Ação de busca e apreensão da qual se extrai este recurso especial, interposto em 16/5/19 e concluso ao gabinete em 1º/8/19.

2. O propósito recursal consiste em definir se é imprescindível a comprovação simultânea do encaminhamento de notificação ao endereço constante no contrato e do seu recebimento pessoal, para a constituição do devedor em mora nos contratos de alienação fiduciária.

3. O prévio encaminhamento de notificação ao endereço informado no contrato pelo Cartório de Títulos e Documentos é suficiente para a comprovação da mora, tornando-se desnecessário ao ajuizamento da ação de busca e apreensão que o credor fiduciário demonstre o efetivo recebimento da correspondência pela pessoa do devedor.

4. O retorno da carta com aviso de recebimento no qual consta que o devedor 'mudou-se' não constitui, por si só, fundamento para dizer que não foi constituído em mora.

5. A bem dos princípios da probidade e boa-fé, não é imputável ao credor fiduciário a desídia do devedor que deixou de informar a mudança do domicílio indicado no contrato, frustrando, assim, a comunicação entre as partes.

6. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem extinguiu o processo sem resolução de mérito, por ausência de comprovação da mora para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, sob o fundamento de o AR constar a mudança do devedor. Esse entendimento não se alinha à jurisprudência do STJ.

7. Recurso especial conhecido e provido."

(REsp nº 1.828.778/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 29/8/2019)

Logo, merece reforma a decisão recorrida a fim de se ajustar ao entendimento consolidado no âmbito deste STJ.

Nessas condições, dou provimento ao agravo interno para **DAR PROVIMENTO** ao recurso especial, determinando o retorno dos autos à origem com o fim de que se prossiga o julgamento da ação de busca e apreensão na esteira do processo legal.

Sem honorários, pois não fixados na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator